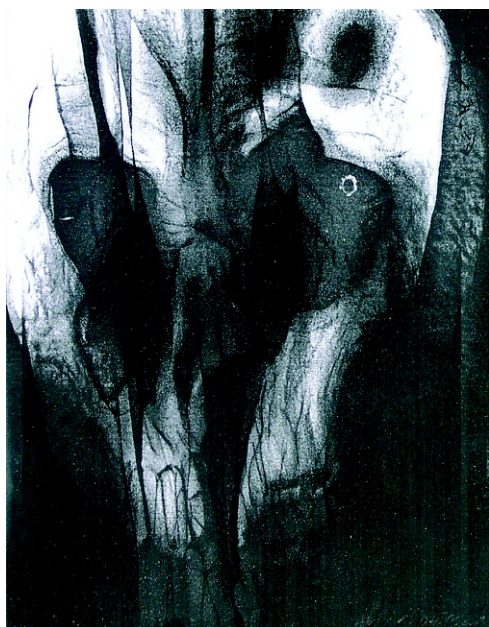


Ana Leonor Pereira  
João Rui Pita  
[Coordenação]

# Miguel Bombarda <sup>[1851-1910]</sup> e as singularidades de uma época



(Página deixada propositadamente em branco)

Ana Leonor Pereira  
João Rui Pita  
(Coordenação)

# FOLHA DE ROSTO

**Miguel Bombarda (1851-1910)**  
**a as singularidades de uma época**

## Coordenação Científica da Coleção Ciências e Culturas

João Rui Pita e Ana Leonor Pereira

Os originais enviados são sujeitos a apreciação científica por *referees*

## Coordenação Editorial

Maria João Padez Ferreira de Castro

## Edição

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: [impresauc@ci.uc.pt](mailto:impresauc@ci.uc.pt)

URL: <http://www.imp.uc.pt> • Normas de publicação de coleções

## Design

António Barros

## Pré-Impressão

António Resende

Imprensa da Universidade de Coimbra

## Capa

António Dantas. *Sem título*, 2002. Col. António Barros. Coimbra

## Impressão e Acabamento

SerSilito • Maia

## ISBN

978-989-8074-11-9

## Depósito Legal

.....

Obra publicada com a colaboração de:



Obra publicada com o apoio de:

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação do Quadro Comunitário de Apoio III



FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

© Agosto 2006, Imprensa da Universidade de Coimbra

## NADA DE SUSTOS: REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DA CIÊNCIA E DA MEDICINA

1. Nada de sustos: um professor de literatura também pode dar o seu contributo, limitado embora, a um congresso em que se discute a ciência e a medicina. Aceite-se, para que esse contributo possa acontecer, que à literatura nada escapa; nos mundos que constrói – e particularmente nos mundos ficcionais – tudo cabe, porque neles está a vida que a representação literária modela e refigura, recorrendo para tal aos instrumentos e aos procedimentos que por natureza (natureza estética, entenda-se) são os seus: personagens, intrigas, imagens, tempos narrativos, metáforas poéticas, pontos de vista, estratégias de narração, etc.

De certa forma, o ponto de partida que escolhi e que está no título corresponde ao lugar de serena ponderação que é o de uma personagem queirosiana, médico e, por isso, aqui bem enquadrado, até mesmo por ser contemporâneo de Miguel Bombarda, patrono deste congresso. Cito um passo aparentemente inócuo d’*O Crime do Padre Amaro*:

Amélia todo o dia pensou naquela história. De noite veio-lhe uma grande febre, com sonhos espessos, em que dominava a figura do frade franciscano, na sombra do órgão da Sé de Évora. (...)

Ao outro dia a febre acalmou. O doutor Gouveia tranquilizou a S. Joaneira com uma simples palavra:

– Nada de sustos, minha rica senhora, são os quinze anos da rapariga. Hão-de lhe vir amanhã as vertigens e os enjoos... Depois acabou-se. Temo-la mulher.

A S. Joaneira compreendeu.

– Esta rapariga tem o sangue vivo e há-de ter as paixões fortes! acrescentou o velho prático, sorrindo e sorvendo a sua pitada.<sup>1</sup>

O que aqui está em causa é a representação literária de um momento importante para o desenvolvimento fisiológico da personagem: a crise da puberdade, cuja desdramatização requer a tal serenidade do médico, capaz de articular um discurso de

---

<sup>1</sup> Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro* (2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> versões); edição de Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha; Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, pp. 235 e 237.

incidência psicológica com um discurso propriamente científico, implicando raciocínios causalistas. E assim, os sustos são desnecessários porque o que está a passar-se com a adolescente Amélia é, a mais do que um título, *natural*; e é sobretudo porque conhece, domina e explica a natureza (no plano fisiológico, entenda-se) que o médico exhibe perante a mãe assustada as causas que observa e as consequências que é capaz de antecipar. De facto, o «sangue vivo» de Amélia arrastará os efeitos que se conhecem (as «paixões fortes»), no desenrolar da intriga d'*O Crime do Padre Amaro*. Estamos ainda e só no universo da literatura ou já, plenamente, no da ciência? Em ambos, como mostrarei.

2. Encontramo-nos aqui perante dois campos discursivos em confronto, ou seja, em relação de proximidade e de virtual tensão, de tal forma que ambos os campos confinam entre si, desencadeando essa proximidade tensões evidentes. O discurso da literatura e o discurso da ciência (mais concretamente: o da medicina) interagem em movimento de atracção e de rejeição; atracção fatal, pode dizer-se, entre medicina e literatura, para mais completada por uma derivação de insanidade possível, que é a que se enuncia no provérbio conhecido: «De médico, poeta e louco todos tempos um pouco». E alguns têm mesmo muito: porque são, pelo menos nalgum período das suas vidas, poetas e loucos, propriamente ditos (Gomes Leal, Ângelo de Sousa), porque sendo médicos não estão imunes à loucura e ainda, mais notoriamente, porque a condição do médico convive, não raro, com a condição do escritor, às vezes feito poeta<sup>2</sup>.

Existe um imaginário literário da medicina, ilustrado por temas e por personagens que fazem dela um campo semântico artisticamente relevante e socialmente significativo. Esse imaginário possui raízes fundas e elabora-se de acordo com uma evolução muito sugestiva, no plano cultural e das mentalidades. Se em tempos remotos e mesmo nos nossos dias o exercício da capacidade de curar depende daquele – feiticeiro ou curandeiro – que domina forças ocultas e elementos da natureza (plantas, raízes, águas, etc.), logo aí um tal exercício faculta um poder inegável; esse poder é também o do uso da linguagem, cultivada em função de fórmulas herméticas e, sendo assim, incompreensíveis para os não iniciados. A partir daí desenvolve-se um poder de incidência científica, correspondendo ao domínio do corpo alheio que carece de ser curado, bem como um poder social, prolongado até aos nossos dias, como bem se sabe. A consolidação desse poder dá-se sobretudo no século XIX, quando o exercício da medicina adquire uma dimensão social alargada, porque tudo, mesmo ela, tende a ser democratizado, sem que assim se perca, antes se reforce a restrita especificidade do saber do médico: este identifica-se, *grosso modo*, com o cientista.

Aquilo a que chamei imaginário literário da medicina evidencia-se também, de forma indirecta, pelo lugar temático ocupado pela doença em contextos literários. Desde logo o romantismo cultivou uma certa sedução pela doença, sedução a que só não chamo

---

<sup>2</sup> Alguns exemplos conhecidos de médicos escritores: Júlio Dinis, Sousa Viterbo, Júlio Dantas, Manuel Laranjeira, António Patrício, Jaime Cortesão, Miguel Torga, João de Araújo Correia, Fernando Namora, Bernardo Santareno e António Lobo Antunes (que foi médico de loucos, note-se). Cf. Armando Moreno, *Médicos Escritores Portugueses*, Lisboa, Editora de Revistas e Livros, p. 9 e Pedro da Silveira (ed.), *43 Médicos Poetas*, s.l., Ed. do Laboratório Normal, s.d.

*doentia* pela conveniência de evitar a redundância. Mas não é inconsequentemente que Goethe formula uma das mais famosas asserções de caracterização da tensão dialéctica entre o clássico e o romântico: «O clássico é a saúde», diz Goethe, «o romântico é a doença». Assim é: o romantismo europeu fervilha de doentes tornados famosos, figuras sedutoras pelo halo de sofrimento que envolve destinos funestos – como então se dizia. Duas doentes famosas e irrecuperáveis, no romantismo português: Maria, cuja tuberculose aflora em manifestações de intuição e de acuidade auditiva, no *Frei Luís de Sousa* de Garrett; Hermengarda, finalmente mergulhada na demência, na derradeira página do *Eurico* de Herculano. E mesmo o jovem Eça, ainda seduzido por um *ethos* romântico que sempre o tentou, lança, em 1867, uma interrogação retórica a que logo responde:

Qual vale mais, esta doença magnífica, ou a saúde vulgar e inútil que se goza no clima tépido que vai desde Racine até Scribe? Eu prefiro corajosamente o hospital, sobretudo quando a primeira febre se chama Julieta e a última Margarida!<sup>3</sup>

Aquém ou além do quadro romântico, a literatura acolhe a tematização da doença, do labor do médico e do poder da medicina, como sentidos e procedimentos com forte incidência humana, em directa correlação com o destino das personagens e com a composição social do seu mundo.

Em tempos e lugares muito diferentes, tem sido assim com escritores como Gil Vicente e Molière, Balzac e Camilo Castelo Branco, Júlio Dinis e Eça de Queirós, Zola e Gogol, Thomas Mann, Albert Camus e A. Soljenitsyne, entre muitos outros. E do amplo colectivo de escritores e obras que seria possível invocar, destacam-se representações que, em certos aspectos, constituem referências decisivas, particularmente no contexto do imaginário literário do século XIX. Primeiro: a consagração de Fausto, figura em trânsito literário desde o século XVI, tornada canónica por Goethe, no que toca à problematização do poder da ciência e da magia (fronteiras imprecisas...), em busca da resolução do mistério da vida. Segundo: a revisão do mito de Prometeu, por Mary Shelley, em *Frankenstein: ou o Prometeu Moderno* (1817), equacionando a capacidade da medicina para reconstruir materialmente o corpo humano, com um deleite plástico e macabro que o cinema várias vezes explorou. Terceiro: a elaboração da dualidade do bem e do mal, favorecida pelas alternâncias de identidade que uma fórmula química viabiliza, no *Dr. Jekyll e Mr. Hyde* (1826) de R. L. Stevenson.

3. Antes de avançar, devo notar o seguinte: a representação literária da ciência e da medicina contextualiza-se no quadro da específica lógica da ficcionalidade e (por aquilo que neste caso me interessa) modula-se no âmbito periodológico do realismo. Nesse sentido, ambos os parâmetros invocados – ficcionalidade e realismo – podem jogar entre si em posição de polaridade.

Refiro-me aqui ao facto de as representações ficcionais se desenvolverem no seio de mundos possíveis, universos cuja lógica interna requer, da parte do leitor, a chamada *suspensão voluntária da descrença*. É esse acto suspensivo que instaura o movimento

---

<sup>3</sup> De «Uma Carta (a Carlos Mayer)», em *Prosas Bárbaras*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., p. 220.

do *como se*, quer dizer, a aceitação de comportamentos e de figuras assimiláveis a comportamentos e a figuras do mundo real, mas não obrigatoriamente regidos pelas suas exigências e critérios. Sucede entretanto que, sem prejuízo da ampla latitude de procedimentos de que a ficcionalidade desfruta, à margem de qualquer validação no real tangível, ela pode comprometer-se em projectos literários e ideológicos com expresso propósito de representatividade social: trata-se, então, de assumir a literatura (a literatura dita *realista*, seja em sentido lato, seja em sentido restrito) como lugar de modelação de sentidos ideológicos racionalistas e materialistas, que suportam o propósito referido, solicitando-se, para isso, o privilégio de categorias ajustadas ao movimento de interacção entre real e ficção. A personagem e em especial a personagem-tipo, pela sua fiabilidade de categorias com homóloga contraparte (que não com exacta identificação) em pessoas concretas acessíveis à nossa experiência, reclamam um grau considerável de representatividade; e é isso que delas faz entidades dotadas de apreciável potencial de evidência social. Assim a personagem-cientista e a personagem-médico traduzem, pelo registo enviesado da ficção, atitudes e valores que remetem, sempre por meio desse trajecto sinuoso, para as dominantes axiológicas e sociais do mundo real com que, à sua maneira, dialogam.

Vejam, através de um exemplo conhecido e muito sugestivo, como uma personagem-médico vive a ambivalência das relações entre realidade e ficção, num lugar de equilíbrio instável em que convivem ironia e evidência epocal. O exemplo, relativamente óbvio neste contexto, é *O Alienista* de Machado de Assis, sendo este o início do relato:

As crónicas da vila de Itaguí dizem que em tempos remotos vivera ali um certo médico, o Dr. Simão Bacamarte, filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas. Estudara em Coimbra e Pádua. Aos trinta e quatro anos regressou ao Brasil, não podendo el-rei alcançar dele que ficasse em Coimbra, regendo a universidade, ou em Lisboa, expedindo os negócios da monarquia.

– A ciência – disse ele a Sua Majestade – é o meu emprego único; Itaguí é o meu universo.<sup>4</sup>

Quem conhece a história d'*O Alienista* recorda-se de que Simão Bacamarte trata de observar minuciosamente os comportamentos dos habitantes de Itaguí; e que, em função dessa observação, o Dr. Bacamarte vai confinando os alienados (ou quem ele julga que o é) num hospício construído para o efeito, a Casa Verde. Só que, a pouco e pouco, o zelo do psiquiatra leva ao diagnóstico de uma demência generalizada e colectiva: invertem-se então os critérios de análise e o alegado desequilíbrio das faculdades mentais passa a ser entendido como normal, ao passo que os equilibrados são tidos por excepção. O resultado é o que se imagina: entendendo ser a única pessoa mentalmente sã de Itaguí, o médico liberta os supostos alienados e encerra-se na Casa Verde, para melhor se concentrar no estudo e na observação dos pacientes, agora devolvidos à sua vida livre.

---

<sup>4</sup> Machado de Assis, *O Alienista*, Coimbra/Castelo Branco, Ed. Alma Azul, 2001, p. 3.



A história parece absurda – e é. Mas é justamente por isso que a encenação machadiana de determinados temas críticos e melindrosos revela, ainda hoje, maior acuidade do que uma qualquer análise de incidência puramente clínica e com orientação estritamente técnico-profissional. No fundo, o que aqui está em causa é uma reflexão, relevante também (ou até sobretudo) *fora da ficção*, tendo que ver com a indefinição de fronteiras entre loucura e sanidade e com a fluidez de critérios que leva à identificação de uma e de outra. Junta-se a isso a denúncia do poder do psiquiatra, no caso traduzido em poder de confinamento, fazendo corresponder, na prática, a alienação à radical exclusão social. Mas o excesso de zelo do médico não passa sem reparo, formulado por um vereador de Itaguí, que sensatamente põe o dedo na ferida: « – Nada tenho que ver com a ciência; mas se tantos homens em que supomos juízo são reclusos por dementes, quem nos afirma que o alienado não é o alienista?»<sup>5</sup>

Em última instância, quem assim fala *tem que ver com a ciência*, na medida em que se atreve a questionar (de certa forma estimulando os demais para que o façam) o poder do médico. Uma tal questionação assume, entretanto, premência e um certo potencial de actualidade, graças à calculada ambivalência do processo de representação literária dos temas da loucura e do poder da medicina: se essa representação é orientada por uma estética da ironia e do absurdo quase desrealizante, também é verdade que ela cultiva procedimentos de legitimação histórica e de difusa veridicção, por ser afirmado, logo no *incipit*, que em última instância a história de Simão Bacamarte está fundada naquilo que «as crónicas da vila de Itaguí dizem».

4. Leio no título da reunião científica em que se situa esta intervenção uma sugestão literária e queirosiana muito interessante e talvez não casual. Se falamos de «Miguel Bombarda e as singularidades de uma época» e se sabemos que essa época foi, em boa parte, a de Eça de Queirós, então ocorre associar a este título um outro, neste caso de um conto: *Singularidades de uma rapariga loura*, de 1874. Mais: se afirmamos o sentido da singularidade e a sua coincidência em ambos os títulos, reforçamos a associação por sabermos que as singularidades daquela rapariga – protagonista do primeiro relato desenvolvido publicado por Eça – têm que ver directamente com um tema clínico e de incidência mental: a Luísa das *Singularidades* de Eça é cleptómana.

O tempo de Eça e da geração a que pertenceu foi, pelos seus antecedentes e pelos seus desenvolvimentos, especialmente propício à tematização da ciência e da medicina. Tempo de revisão e mesmo de desmistificação de valores românticos, tempo de predilecções racionalistas e positivistas, nem sempre consistentemente adoptadas mas a espaços vividas de forma intensa, tempo também de consolidação ideológica e literária

---

<sup>5</sup> M. de Assis, *op. cit.*, pp. 42-43. A indefinição de fronteiras a que me referi lembra um passo da *Histoire de la folie à l'âge classique* (Paris, Gallimard, 1972) de Michel Foucault: «En un sens, il n'a pas de symptomatologie propre à la démence: aucune forme de délire, d'hallucination ou de violence ne lui appartient en propre ou par une nécessité de nature. Sa vérité n'est faite que d'une juxtaposition: d'un côté, une accumulation de causes éventuelles, dont le niveau, l'ordre, la nature peuvent être aussi différents que possible; de l'autre, une série d'effets qui n'ont pour caractère commun que de manifester l'absence ou le fonctionnement défectueux de la raison, son impossibilité d'accéder à la réalité des choses et à la vérité des idées.» (p. 275)

do romance, forma e linguagem ajustadas a semelhantes orientações e, no contexto delas, à elaboração temática da doença e da medicina como sentidos estruturantes e do médico como personagem. Uma tal atmosfera favorece o estabelecimento de alianças estratégicas entre literatura e ciência, conforme recentemente mostrou Maria Helena Santana numa bem informada dissertação académica, em que analisou os propósitos científicos do realismo e do naturalismo, a relevância e incidências literárias da fisiologia e do pensamento de Darwin, a questão da hereditariedade e a representação ficcional de patologias como a nevrose e a histeria <sup>6</sup>.

É neste cenário cultural e ideológico que encontramos dois casos especialmente sugestivos, para aquilo que aqui interessa: o de Júlio Dinis e o de Eça de Queirós. Mas não podemos esquecer que esses casos fazem sentido exactamente por se desenvolverem em ambiente doutrinário propício. Recordando brevemente: dos anos 70 ao fim do século decorre uma intensa actividade de reflexão por vezes articulada com a criação propriamente dita, actividade de que são marcos textos de Júlio Lourenço Pinto (reunidos em 1884 no volume *Estética Naturalista*), de Luís de Magalhães<sup>7</sup> e de Abel Botelho (neste caso: o prólogo à segunda edição d' *O Barão de Lavos*). Ao primeiro e ao terceiro deve-se uma produção literária coerente com a doutrina e com a visão científica e mesmo clínica que nessa produção instauram: a série romanesca *Cenas da Vida Contemporânea*, de Lourenço Pinto, é apresentada como «anatomia implacável da sociedade portuguesa» e Abel Botelho também não evita idêntica vocação, atestada num conjunto intitulado *Patologia Social*, de que *O Barão de Lavos* é elemento crucial, no plano da argumentação ideológico-científica e no de uma certa estilística da ciência e da doença que hoje se nos revelam irremediavelmente envelhecidas.<sup>8</sup>

Note-se ainda que o síndrome de excesso que atravessa alguns dos textos que referi acaba por se prolongar numa espécie de deriva decadentista, não raro com laivos satíricos, em que a reminiscência naturalista emerge sob o signo da podridão e de um certo comprazimento no vício e na decadência. O *Eusébio Macário* (1879) é já um sintoma desse deslizamento que alguns relatos de Fialho de Almeida confirmam, com uma intensidade estilística que o talento do escritor favorece<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> Cf. Maria Helena Santana, *Literatura e Ciência na segunda metade do século XIX. A narrativa naturalista e pós-naturalista portuguesa*, Coimbra, Fac. de Letras, 2001.

<sup>7</sup> Veja-se o texto «O romance realista e a estética positivista», no volume VI (*Realismo e Naturalismo*, 2ª ed., Lisboa, Verbo, 2000, pp. 277-280) da *História Crítica da Literatura Portuguesa*, volume da responsabilidade de Maria Aparecida Ribeiro.

<sup>8</sup> Atente-se neste passo d' *O Barão de Lavos*: «O atavismo fez explodir neste com rábida energia todos os vícios constitucionais que bacilavam no sangue da sua raça, exagerados numa confluência de seis gerações, de envolta com instintos doidos de pederasta, inoculados e progressivamente agravados na sociedade portuguesa pelo modalismo etnológico da sua formação» (*op. cit.*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1983, p. 21).

<sup>9</sup> Recorde-se o final de um conto («O Cancro») do volume *O País das Uvas*: «É que essa estátua de carne, maravilha suprema da beleza, é que essa mulher ideal e branca como um lírio tinha no seio uma úlcera cancerosa, de malignidade hereditária, de que sua mãe já morrera, e que lhe fazia da beleza um fruto podre, cadaverizando-lhe a vida lentamente, entre as paixões e as festas, num pavoroso inferno de agonia» (*O País das Uvas*, Lisboa, Pub. Europa-América, s.d., pp. 66-67).

5. Júlio Dinis e Eça são, pode dizer-se, casos diferentes, de maior contenção e sobretudo de maior acuidade sociológica. Por isso mesmo, os seus testemunhos ficcionais acerca dos temas e dos problemas que aqui equaciono foram (e são) não apenas mais impressionantes, mas sobretudo mais duradouros: é essa a mais-valia de transcendência que nos é legada pelos escritores realmente importantes.

Curiosamente, Júlio Dinis está num lugar de fronteira que importa observar com atenção. Fronteira de entrada, acrescento, significando com isto que na sua breve mas intensa produção ficcional convivem um certo e remanescente idealismo tardoromântico, com uma orientação para uma realidade social em mudança, no limiar do realismo literário; o que não impediu que o escritor tivesse ficado marcado, por muito tempo, por um estigma idealista, acentuado por imagens redutoras como a que Eça cunhou («Viveu de leve, escreveu de leve, morreu de leve») e também pela utilização política que, em contexto escolar, o salazarismo fez da obra dinisina. A popularidade dos romances de Júlio Dinis – por exemplo: *d’As Pupilas do Senhor Reitor* contam-se, até aos nossos dias, muitas dezenas de edições, adaptações várias, etc.<sup>10</sup> – há-de, então, ser vista à luz destes condicionamentos, tendo-se em conta também que, por circunstâncias várias, este não foi um escritor que tivesse podido promover a sua obra e a sua posteridade.

Seja como for: em Júlio Dinis regista-se um contributo importante para a ilustração oitocentista do imaginário do médico, do doente e da relação clínica. Tudo num cenário rural que, pela discreta preocupação social que nesse cenário transparece, lembra antecedentes literários reputados: por exemplo, *O Pároco de Aldeia* de Herculano e *Le médecin de campagne* de Balzac.

É no romance *As Pupilas do Senhor Reitor* (primeira publicação em folhetim em 1866; em livro: 1867), subtintulado *Crónica da Aldeia*, que se conta a história de orfandade das duas pupilas, do seu casamento e orientação tutelar dupla, por parte das duas figuras que, na aldeia, repartem um equilibrado poder de influência: o padre e o médico. No devir da história, é possível observar, antes de mais, como a profissão médica surge, no que toca a distinção pública, equiparada à condição do padre e à do letrado; as três são socialmente entendidas como únicas saídas possíveis para jovens não aristocratas que queriam escapar ao trabalho rural a que o seu estatuto social, mesmo quando relativamente desafogado em termos económicos, os destinava em princípio. Para além disso, a carreira médica patenteia, no tempo de Júlio Dinis, uma curiosa alternativa de formação, como se lentamente se fosse ampliando a oferta de escolas superiores: é o padre quem sugere a José das Dornas que mande o filho para o Porto, para a mesma Escola Médico-Cirúrgica onde Júlio Dinis ensinava. «Põe-mo a cirurgião», diz o padre, acrescentando: «Eles, hoje, dizem que saem de lá como de Coimbra, e olha que é uma boa carreira»<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Logo em 1871, Ernesto Biester adaptou o romance ao teatro, numa comédia em cinco actos e sete quadros; num manuscrito (cod. 12283) conservado na Biblioteca Nacional, encontra-se outra adaptação ao teatro, por Penha Coutinho; Júlio Guimarães produziu uma adaptação em verso, publicada em 1935; Adolfo Simões Müller recontou, para os leitores juvenis, o mesmo romance. Por outro lado, o cinema e a televisão ajudaram a fazer *d’As Pupilas do Senhor Reitor* certamente a obra mais popular de Júlio Dinis: veja-se a dissertação de doutoramento de Ana Rita Navarro, Da personagem romanesca à personagem fílmica: *As Pupilas do Senhor Reitor*, Lisboa, Univ. Aberta, 2001.

<sup>11</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, 3ª ed., Lisboa, Ulisseia, 1995, p. 86.

Estão em curso, portanto, importantes mutações mentais e sociais que directamente atingem a imagem do médico e do seu *munus*, conforme é testemunhado, em registo ficcional, pelo romance dinisino. Mas o discurso da medicina, como caso particular do discurso da ciência, não deixa por isso de ser um discurso de poder, mesmo quando tal é representado pela via da sátira e da caricatura. Lembro dois episódios muito sugestivos d'*As Pupilas do Senhor Reitor*: primeiro, o diálogo entre José das Dornas e João da Esquina, em que o primeiro, pai do jovem médico Daniel, expõe de forma canhestra a doutrina científica, já de si ousada, que o filho defendia – o que suscita o retraimento escandalizado do tendeiro (que é também o retraimento perante um certo poder, note-se), partidário e cliente da prática de João Semana, «que é homem sério, e não tem destas esquisitices da moda»<sup>12</sup>; em segundo lugar, o breve episódio em que Daniel, jovem médico, questiona em tom sobranceiro – o tom de um poder assumido de forma intransigente – o barbeiro, «que também tinha uma clínica na aldeia»<sup>13</sup>. Neste caso, é ainda o velho médico quem, conhecedor das singularidades do exercício da medicina em meio rural, aconselha alguma moderação, porque «quem quiser viver bem neste mundo, faz a vista grossa a muita coisa».<sup>14</sup>

Estas palavras de João Semana não abrem apenas uma linha temática de convivência e de pacífica convivência com o poder de uma medicina a que hoje chamaríamos alternativa. Elas anunciam também uma outra faceta do médico de aldeia que é a do moralista, faceta bem ajustada ao *ethos*, em geral de orientação moralizadora mais do que agrestemente ideológica, próprio da ficção de Júlio Dinis. E assim, João Semana afirma-se socialmente como uma espécie de médico-sacerdote (e não raras vezes encontramos-lo de facto aliado ao Reitor), capaz de conjugar o discurso da experiência com o discurso da moral e de uma férrea deontologia profissional. Neste aspecto, o comportamento do jovem médico só pode enfrentar a oposição do velho médico, particularmente naquele episódio em que Daniel seduz uma paciente; é o narrador, em registo de empática adesão, quem comenta: «João Semana era intolerante em coisas de moral, e principalmente médica. (...) Se o réu era um colega, crescia então de ponto a austeridade. Por isso o procedimento de Daniel encontrou nele um severíssimo juiz».<sup>15</sup>

Júlio Dinis surpreende, pois, de forma muito arguta, uma dialéctica simultaneamente profissional e geracional. Contrapõe-se nela, por um lado, a instância da experiência à instância da juventude; por outro lado, a apologia da prática (que é também uma prática social e até moral) ao culto da novidade científica, de base eminentemente teórica. Parece evidente que desta dialéctica se deduz uma discreta relativização do discurso científico puro e duro, em nome de uma concepção humanizada e até

---

<sup>12</sup> Cf. *As Pupilas do Senhor Reitor*, ed. cit., p. 124.

<sup>13</sup> *Op. cit.*, p. 139.

<sup>14</sup> *Op. cit.*, p. 140.

<sup>15</sup> *Op. cit.*, p. 218. Significativamente, o reitor surge aqui aliado ao médico: «Daniel tem deveres tão sagrados, entrando no seio das famílias, como nós, os párocos. (...) Quem abrirá as portas da alcova onde padeça uma filha, uma esposa ou uma irmã, ao médico, que não tem força para sufocar as paixões más do seu coração? (...) O mau padre é o pior dos homens; e parece-te que será muito melhor o médico imoral?» (pp. 201-202).

«apostólica» da medicina e da condição do médico. É isso mesmo que a figura de João Semana ilustra, com evidente projecção no imaginário extra-ficcional; por isso, o velho médico d'*As Pupilas do Senhor Reitor* revela alguma capacidade (que é a que o romancista soube inculcar-lhe) para ser aceite pelo senso comum partilhado mesmo por quantos nem conhecem o romance de Júlio Dinis: é essa capacidade de insinuação, apenas ao alcance das personagens que transcendem os limites da ficção<sup>16</sup>, que permite reconhecer num determinado médico que ele é um João Semana (mas talvez já restem muito poucos...), quando observamos nele propriedades que a literatura representou, devolvendo ao real, em clave ficcional, o que nele captou. Daí a razoável acuidade sociológica dos romances de Júlio Dinis: ele é, neste aspecto, um escritor susceptível de recuperação, que dificilmente se fará, contudo, à margem da revalorização – que a literatura dinisina também permite – de uma verdadeira estética do *kitsch*.

6. Eça de Queirós é outra história – ou até outras histórias. Romancista extremamente dotado do ponto de visto técnico, conhecedor profundo da sociedade portuguesa, dos seus traumas, dos seus mitos e dos seus complexos, Eça elabora uma obra ficcional não apenas representativa, enquanto testemunho social (de facto: a mais representativa de toda a nossa literatura), como ainda capaz de transcender o seu tempo, pela via da fina ironia que a atravessa. E assim, se ler Eça é, até hoje (e ainda amanhã e depois), o prazer que se conhece, para além disso os temas e os problemas que equaciona mantêm bem desperta a capacidade de indagação que caracteriza a sua incomparável escrita ficcional: a imagem do médico e o imaginário da medicina não escapam a essa indagação, sendo certo, contudo, que em Eça as coisas acontecem de forma mais subtil e às vezes mais ambígua do que em Júlio Dinis.

Desde os anos 70 – anos ainda de aprendizagem – que a medicina e a ciência estão presentes na escrita e na reflexão queirosianas. É assim, a postulação do naturalismo como grande movimento de reforma de costumes e de mentalidades aparece fundada não tanto em Zola, mas na fisiologia de Claude Bernard, nos seus métodos e na sua epistemologia; refiro-me aqui sobretudo ao texto conhecido pelo título «Idealismo e Realismo», prefácio escrito (mas abortado enquanto tal) para a terceira versão d'*O Crime do Padre Amaro*. É nesse texto que a observação e a experimentação emergem como procedimentos fundamentais de um romance dito *experimental*, igualmente apreçoado e caracterizado por Zola, nesse mesmo ano de 1879<sup>17</sup>.

Mas o Eça mais interessante do ponto de vista que aqui importa não é este. O Eça que, no anos 80 e seguintes, procede a uma deriva ideológica e estética post-naturalista, com importantes incorporações finisseculares, é o que testemunha e representa uma espécie de tensão de mudança, ilustrada na reacção de Tomás de Alencar perante o radicalismo científico do naturalismo: para o «pobre Alencar», o naturalismo aparecia como um conjunto de «rudes análises, apoderando-se da Igreja, da Realeza, da Burocra-

---

<sup>16</sup> Ainda que, note-se, sem alcançar a universalidade que reconhecemos naquelas personagens que, diferentemente desta, possuem realmente uma dimensão transcendente: é isso que de certa forma celebramos, quando utilizamos adjectivos como edipiano, quixotesco, bovarista ou acaciano.

<sup>17</sup> Refiro-me aqui, evidentemente, ao longo ensaio doutrinário publicado em 1879 em *Le Voltaire* e em *Le Messenger d'Europe*.

cia, da Finança, de todas as coisas santas, dissecando-as brutalmente e mostrando-lhes a lesão, como a cadáveres num anfiteatro...»<sup>18</sup>

Eça de Queirós não subscreve, por certo, a amargura ressentida do poeta de *Elvira*, mas não anda tão longe dela como poderá pensar-se, nos anos 80 em que o escritor vivia precisamente um princípio de crise de confiança nos prodígios da ciência e nas orientações do positivismo. Superado (melhor: deixado inédito) o texto «Idealismo e Realismo», o nosso romancista exara significativos depoimentos evidenciando essa crise. Alguns marcos: o prefácio aos *Azulejos* do Conde de Arnoso (1886), a crónica «Positivismo e Idealismo» (1893) inserida postumamente, tal como o prefácio citado, em *Notas Contemporâneas*, uma outra crónica sobre Ferdinand Brunetière (1894), aparecida, como a anterior, na *Gazeta de Notícias* (e mais tarde nas *Cartas de Paris*), ainda uma terceira, de reminiscência tainiana, «A Sociedade e os Climax» (1895).<sup>19</sup> Em registo ficcional, merece referência (uma referência muito especial) o conto *Adão e Eva no Paraíso* (1897): o que nele pode ler-se é a prevalência do imaginário bíblico, a partir do episódio do Génesis, articulado com a doutrina científica de Darwin, designadamente com a teoria da evolução das espécies, como se fosse impossível explicar a origem simiesca do homem à margem dessa tradição edénica e da carga de transcendência religiosa que ela implica.<sup>20</sup>

7. Chegado a este ponto, devo notar que as representações queirosianas do médico e da medicina que aqui importa reter são aquelas que, no quadro ficcional em que se encontram, surgem condicionadas por específicos factores de modelização literária. O discurso das personagens (a não confundir com o discurso do narrador nem com a posição do autor), a par da bem conhecida estilística da ironia queirosiana arrastam um potencial de ambivalência que interdita leituras lineares e puramente ideológicas dos problemas aqui em equação. Um exemplo: uma breve e ardente discussão que ocorre n' *O Primo Basílio* entre Julião Zuzarte e um estudante «de barba desleixada, e olhar um pouco doudo», acerca do vitalismo, da origem da vida, da medicina e da fisiologia, é testemunhada por Sebastião; a partir do seu olhar atónico, apreende-se não exactamente uma polémica séria e bem fundada, mas uma quase cómica divergência de posições. Deste modo, sendo moldada pela aludida perspectiva individual, o discurso dessa divergência diz pouco acerca dos conteúdos científicos em causa e muito acerca de uma certa ligeireza de ideias e de debates, bem evidenciada numa asserção de Julião sobre Deus: é «uma velha caturrice do partido miguelista».<sup>21</sup>

Por outro lado, personagens-médicos como esta última que citei, como o Dr. Gouveia, d' *O Crime do Padre Amaro*, ou como Carlos, d' *Os Maias*, surgem em con-

---

<sup>18</sup> Eça de Queirós, *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., p. 162.

<sup>19</sup> Cf. *Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*; edição de Elza Miné e Neuma Cavalcante; Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, pp. 347 ss., 453 ss. e 559 ss.

<sup>20</sup> A relevância deste conto pode bem atestar-se nos estudos que recentemente tem suscitado: é o caso das comunicações de Ana Leonor Pereira, de Maria Aparecida Santilli e de Ugo Serani, apresentadas no Congresso Internacional de Estudos Queirosianos (2000); cf. *Congresso de Estudos Queirosianos. IV Encontro Internacional de Queirosianos. Actas*, Coimbra, Almedina/ILLP, 2002, vol. II, pp. 679-694 e 877-884.

<sup>21</sup> Eça de Queirós, *O Primo Basílio*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., pp. 204 e 205.

textos ficcionais muito diversos entre si e também com diferente grau de saliência nas respectivas acções narrativas. Julião Zuzarte é uma figura acessória, elemento apendicular no universo familiar de Jorge e de Luísa, para quem o exercício da medicina se cruza com um enorme e mal resolvido azedume social<sup>22</sup>. O Dr. Gouveia e Carlos da Maia merecem, enquanto médicos, comentários mais circunstanciados.

Do Dr. Gouveia deve dizer-se, antes de mais, que está na linha de personagens similares que são quase habituais nos romances naturalistas, em especial nos de Zola: o seu parente mais próximo é o Dr. Pascal de *La faute de l'abbé Mouret*, prolongado em *Le docteur Pascal* (1893), do mesmo Zola. Trata-se, no caso do Dr. Gouveia, de uma personagem praticamente nova, na terceira versão d'*O Crime do Padre Amaro*<sup>23</sup>, que vem articular-se, nessa mesma versão, com uma outra personagem nova, esta do lado dos padres: o abade Ferrão, padre de comportamento modelarmente caridoso e evangélico. Deste modo, a tensão do médico-cientista com o clero (particularmente com os sacerdotes dissolutos) reformula-se nos termos de uma dialéctica relativamente elaborada: se ambas as personagens, o médico e o padre bondoso, entram, de facto, em tensão conflitual, essa tensão aparece agora enriquecida pela compatibilidade moral (e pela decorrente autoridade) que caracteriza os modos de ser de ambas as personagens. Por outras palavras: por aquilo que existe de generosidade e de bondade no médico e no padre, eles são figuras complementares, um pouco à maneira do que acontecia com os seus homólogos d'*As Pupilas do Senhor Reitor*, ou seja, com João Semana e com o reitor.

O médico queirosiano é, entretanto, mais informado e cientificamente culto do que o seu colega dinisino. Daí a sua capacidade de explanação doutrinária, que dele faz uma voz ideológica relativamente vigorosa; isso mesmo é o que se observa, no final do capítulo XIII, durante o diálogo com o destroçado João Eduardo. Perante o namorado despedido por Amélia, o médico enuncia uma explicação dos factos em registo puramente darwiniano, explicação que, com um toque de crueldade porventura involuntária, nada resolve ao desgosto do moço, mas tudo esclarece quanto às balizas ideológicas e científicas por que se rege o médico. «É a lei natural», declara, ao saber que o padre empolgou a jovem beata; e acrescenta: «o mais forte despoja, elimina o mais fraco; a fêmea e a presa pertencem-lhe»<sup>24</sup>. Entretanto, como que para amenizar e mesmo humanizar a feição científica da figura do médico, retoma-se explicitamente a questão moral: nesta, o médico também intervém, como se nenhum aspecto da existência dos homens escapasse à sua autoridade, que é também moral. Por isso, assume um significado especial e mesmo, de certa forma, *definitivo* (no sentido mais rigoroso do termo) a lei da consciência que o médico, muito para além do alcance da

---

<sup>22</sup> Ainda assim, é possível surpreender episódios em que são representadas, pela pessoa de Julião Zuzarte, questões com alguma relevância no presente contexto. Numa visita a Luísa e na presença de Basílio (cap. IV), Julião refere um livro acerca das doenças do útero, o que suscita o embaraço dos presentes, mal afeitos a termos científicos então tidos por rudes; já no final da agonia de Luísa, ocorre uma breve querela entre Julião e o Dr. Caminha, em que a vocação prática do segundo é posta em causa pela informação teórica do primeiro.

<sup>23</sup> Na segunda versão há uma brevíssima referência ao Dr. Gouveia: cf. *O Crime do Padre Amaro*, ed. cit., pp. 906 e 908.

<sup>24</sup> E. de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, ed. cit., p. 581.



fisiologia, acaba por exarar: ao comentário de João Eduardo que diz «Vossa Excelência não precisa dos padres neste mundo», replica o Dr. Gouveia:

– Nem no outro. Eu não preciso dos padres no mundo, porque não preciso do Deus do Céu. Isto quer dizer, meu rapaz, que tenho o meu Deus dentro em mim, isto é, o princípio que dirige as minhas acções e os meus juízos. Vulgo Consciência... Talvez não compreendas bem... O facto é que estou aqui a expor doutrinas subversivas... E realmente são três horas...<sup>25</sup>

Pode parecer estranho que o poder do médico se estenda a um domínio que exorbita em muito a sua competência propriamente técnica. Mas não é esta, recorde-se, a que João Eduardo busca, quando procura o médico: é antes a sua autoridade de homem de ciência, «temido na Rua da Misericórdia» por «todas as amigas da casa que, apesar de se escandalizarem com a sua irreligião, dependiam humildemente da sua ciência para os achaques, os flatos, os xaropes»<sup>26</sup>. E assim, o poder clínico do médico desliza para a esfera do social e do moral, como se o princípio da sobrevivência e o temor da morte tivessem a capacidade de se sobrepor ao escândalo da irreligião.

Mas se as coisas (os poderes) parecem bem estabelecidas na economia interna do romance, não será exactamente assim quando avançamos para uma espécie de síntese ideológica tentativamente formulada pelos termos em que se resolvem as tensões entre médico e padre. Remeto para o episódio do parto e morte de Amélia, em que estão presentes precisamente, em jeito de diálogo de poderes, as duas figuras tutelares, o abade Ferrão e o Dr. Gouveia:

O abade então recolheu o Breviário, a cruz – mas antes de sair, julgando do seu dever de sacerdote pôr diante do médico racionalista a certeza da eternidade mística que se desprende do momento da morte, murmurou ainda:

– É neste instante que se sente o terror de Deus, o vão do orgulho humano...

O doutor não respondeu, ocupado a afivelar o seu estojo.

O abade saiu – mas, já no meio do corredor, voltou ainda, e falando com inquinação:

– O doutor desculpe... Mas tem-se visto, depois dos socorros da religião, os moribundos voltarem a si de repente, por uma graça especial... A presença do médico então pode ser útil...

– Eu ainda não vou, ainda não vou, disse o doutor, sorrindo involuntariamente de ver a presença da Medicina reclamada para auxiliar a eficácia da Graça.<sup>27</sup>

Assim, com uma ambivalência que é, em si mesma, muito significativa, a tensão entre poderes fica praticamente (e talvez calculadamente) indecisa: se o padre está certo (e di-lo) da «eternidade mística» que o médico já não refuta, é ainda a presença deste que o abade Ferrão requer, como auxílio de uma Graça aparentemente carecida

---

<sup>25</sup> *Op. cit.*, p. 589.

<sup>26</sup> *O Crime do Padre Amaro*, ed. cit., p. 577.

<sup>27</sup> *Op. cit.*, p. 985.



do complemento da ciência. Deste modo, Eça de Queirós manteve em equilíbrio difícil o poder do padre (o espiritual, não o poder temporal dos padres devassos) e o do médico, como que incapaz, ainda em tempo naturalista, de instaurar o primado da ciência em detrimento do da religião – ou vice-versa. Enquanto escritor maduro e já em princípio de transformação, Eça parece ter entendido que não era legítimo ir mais longe; a partir daqui, a ciência (e a medicina) regrediram a olhos vistos, na sua crença e nos seus romances.

8. É já essa regressão que encontramos, em jeito de desmitificação e mesmo de discreta irrisão, na elaboração da personagem Carlos da Maia, herdeiro rico, médico falhado e diletante assumido. Sugere-o João da Ega, com a sua palavra corrosiva mas certa, ao declarar que o amigo «tinha nas veias o veneno do diletantismo: e estava destinado (...) a ser um desses médicos literários que inventam doenças de que a humanidade papalva se presta logo a morrer!»<sup>28</sup>.

O contexto que enquadra estas afirmações tem que ver com um certo projecto de vida profissional, em que orientação vocacional e condicionamentos sociais se enfrentam: o «médico literário» – coisa diferente, bem entendido, do médico escritor, como o são aqueles que no início mencionei – aparece aqui conotado por sentidos de singularidade e mesmo de excentricidade, em clara deriva anti-social, no que ao exercício da profissão diz respeito. No fundo, João da Ega confirma, ainda que por outra via, o que há de bizarro no facto de um jovem de destacada origem social querer «estragar a vida receitando emplastos», como notavam as senhoras em Santa Olávia; decorre este comentário, recorde-se, de uma mais ampla discordância: «Esta inesperada carreira de Carlos (pensara-se sempre que ele tomaria capelo em Direito) era pouco aprovada entre os fiéis amigos de Santa Olávia»<sup>29</sup>, conforme pode ler-se a propósito da educação do jovem Carlos, quando se apresta a ir estudar para Coimbra e sobretudo a romper com uma espécie de determinação de classe, que praticamente obrigava os filhos de boas famílias a serem bacharéis em Leis – como acontecerá, por exemplo, ao fidalgo Gonçalo Ramires, que «era bacharel formado com um R no terceiro ano»<sup>30</sup>. Não assim, portanto, com Carlos da Maia, devidamente apoiado pelo sentido prático e pela desenvoltura cultural do avô, que apoia a opção do neto.

Infelizmente, porém, a vida prática e útil que o novo médico deseja viver está, desde início, inquinada por uma certa idealização romântica da medicina, idealização porventura ainda hoje vigente: as «grandes batalhas à morte» que Carlos quer protagonizar, os «lados militantes e heróicos da ciência» que deseja valorizar, tudo isso é frustrado pelo pouco crédito que merece um médico jovem, inovador, rico e aparentemente disponível para o exercício de uma medicina de circunstância. Quando ela tende a tornar-se séria e fecunda, a corporação reage e rejeita o que parece um princípio de ameaça:

---

<sup>28</sup> Eça de Queirós, *Os Maias*, ed. cit., p. 90.

<sup>29</sup> *Os Maias*, ed. cit., p. 88.

<sup>30</sup> Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*; edição por Elena Losada; Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, p. 77.

Começava a ser conhecido como médico. Tinha visitas no consultório – ordinariamente bacheiros, seus contemporâneos, que sabendo-o rico o consideravam gratuito, e lá entravam, murchos e com má cara, a contar a velha e mal disfarçada história de ternuras funestas. Salvava de um garrotilho a filha de um brasileiro, ao Aterro – e ganhara aí a sua primeira libra, a primeira que pelo seu trabalho ganhava um homem da sua família. O Dr. Barbedo convidara-o a assistir a uma operação ovariectomia. E enfim (mas esta consagração não a esperava realmente Carlos tão cedo) alguns dos seus bons colegas, que até aí, vendo-o só a governar os seus cavalos ingleses, falavam do «talento do Maia» – agora, percebendo-lhe estas migalhas de clientela, começavam a dizer «que o Maia era um asno».<sup>31</sup>

Estes são componentes por assim dizer sociais, apontados como origem de uma falência profissional que anuncia uma desistência aparentemente sem retorno; nestes componentes pode ler-se uma muito sugestiva representação ficcional do médico e do exercício da medicina, entendidos como função e como actividade enquadradas numa conjuntura mental e económica que decisivamente interfere em decisões profissionais relevantes; nessas e também no desenho social de carreiras (como a médica), à partida espartilhadas por condições exteriores ao respectivo conteúdo funcional. Mas há outros ingredientes que não devem ser desprezados, estes relacionados com a idiosincrasia da personagem-médico que aqui destaco.

Carlos da Maia é, como já recordei, um dileteante com atitudes de *dandy* e de esteta, como que exilado em terra provinciana, «uma «destas coisas que só se vêem lá fora», como [Dâmaso Salcede] dizia arregalando os olhos»<sup>32</sup>; daí a sua requintada, quase feminina (para alguns) relação com os espaços físicos, o que constitui uma forma encapotada de erigir os sentidos e o corpo como fulcro de uma existência que se afirma pela diferença e também pela dispersão. Tem, por isso, uma certa razão (a razão do seu ponto de vista burguês e convencional) o procurador Vilaça quando, ao observar os recostos e as sedas dos quartos de Carlos, nota que «aquilo não eram aposentos de médico – mas de dançarina!»<sup>33</sup> O consultório rege-se pelo mesmo luxo, bem sublinhado por uma visita dos amigos maravilhados, que termina com uma insinuação do Taveira, sintoma de descrença na seriedade dos propósitos profissionais de Carlos.

O gabinete de Carlos ao lado era mais simples, quase austero, todo em veludo verde-negro, com estantes de pau-preto. Alguns amigos que começavam a cercar Carlos, Taveira, seu contemporâneo e agora vizinho do Ramallete, o Cruges, o marquês de Souselas, com quem percorrera a Itália – vieram ver estas maravilhas. O Cruges correu uma escala no piano e achou-o abominável; Taveira absorveu-se nas fotografias de atrizes; e a única aprovação franca veio do marquês, que depois de contemplar o divã do gabinete, verdadeiro móvel de serralho, vasto, voluptuoso, fofo, experimentou-lhe a doçura das molas e disse, piscando o olho a Carlos:

- A calhar.<sup>34</sup>

---

<sup>31</sup> *Os Maias*, p. 129.

<sup>32</sup> *Os Maias*, p. 177.

<sup>33</sup> *Os Maias*, p. 10.

<sup>34</sup> *Os Maias*, p. 99.

O que aqui está em causa e gravemente perturbará o projecto profissional de Carlos é uma espécie de síndrome da dispersão, conduzindo à fixação erótica e a um impenitente e constante donjuanismo. Jogando um pouco (mas só um pouco) com as palavras, apetece dizer que o médico Carlos da Maia opera uma transferência dos seus interesses, do conhecimento científico do corpo para a atracção erótica pelo corpo, já outro e diferentemente postulado. O que arrasta implicações éticas muito importantes e pouco lisonjeiras para Carlos: o severo João Semana ou o austero Dr. Gouveia não deixariam de verberar uma tal transferência, coisa que, em tom diferente, é igualmente denunciada por outro médico d'*Os Maias*:

Já o fino Dr. Teodósio lhe dissera um dia, francamente: «Você é muito elegante para médico! As suas doentes, fatalmente, fazem-lhe olho! Quem é o burguês que lhe vai confiar a esposa dentro de uma alcova?... Você aterra o pater-famílias!»<sup>35</sup>

Nem de propósito: a relação de Carlos com Maria Eduarda começa com uma visita médica, por causa de uma indisposição que atinge Rosa, estando a mãe ausente em Queluz. E é exactamente aí que se enceta o tal movimento de transferência, por força de um processo metonímico em que a atenção do médico (ou de quem devia comportar-se como tal) se fixa num casaco branco que se oferece, como corpo substitutivo:

Mas o olhar de Carlos prendia-se sobretudo a um sofá onde ficara estendido, com as duas mangas abertas, à maneira de dois braços que se oferecem, o casaco branco de veludo lavrado de Génova com que ele a vira, a primeira vez, appear-se à porta do hotel. O forro, de cetim branco, não tinha o menor acolchoado, tão perfeito devia ser o corpo que vestia: e assim, deitado sobre o sofá, nessa atitude viva, num desabotoado de seminudez, adiantando em vago relevo o cheio de dois seios, com os braços alargando-se, dando-se todos, aquele estofado parecia exalar um calor humano, e punha ali a forma de um corpo amoroso, desfalecendo num silêncio de alcova. Carlos sentiu bater o coração. Um perfume indefinido e forte de jasmim, de marechala, de *tanglewood* elevava-se de todas aquelas coisas íntimas, passava-lhe pela face como um bafo suave de carícia...

Depois, tudo se acentua e acelera quando, de novo por causa de uma doente (agora miss Sara), Carlos reencontra Maria Eduarda. A partir daí, as coisas precipitam-se, em direcção à relação amorosa e ao desenlace trágico que são conhecidos – e o médico desaparece de cena. Vale esse desenlace trágico como punição para o grave desvio funcional e ético que fez do médico um amante consumido na voragem do destino? É talvez exagerado afirmá-lo; mas parece certo dizer que a frustração do exercício da medicina constitui um aspecto particular de um tenaz estigma de perdição que teimosamente se abate sobre os Maías, frustrando, em Carlos, um trajecto de vida – nos planos profissional, cultural, social e até amoroso – que tudo parecia favorecer, mas que se resolve, por fim, em esterilidade, em morte e em dispersão.

---

<sup>35</sup> *Os Maias*, p. 187.

9. A representação do médico e da medicina n' *Os Maias* não assume a relevância ideológica que encontramos n' *As Pupilas do Senhor Reitor* (romance, por isso, muito menos «inocente» do que poderia supor-se), nem n' *O Crime do Padre Amaro*: neste caso, essa relevância é de certa forma programada e vincula-se a um projecto de geração, conforme notei. Pelo seu lado, a representação do exercício da medicina n' *Os Maias* desenvolve sobretudo uma metáfora de falência pessoal e familiar: sendo embora um acessório de caracterização, ela é, como tal, muito significativa.

Isso não afecta a validade do discurso literário, pelo viés e pelas ambiguidades da palavra ficcional, como testemunho do crescendo, na segunda metade do século XIX, de uma prática e de uma função cada vez mais destacadas, do ponto de vista social: assim se revela o incremento de um poder progressivamente consolidado (o poder do médico e do seu discurso), bem como as implicações éticas de uma profissão melindrosa e, com tudo isso e em paralelo, a reivindicação do direito à saúde como afirmação do domínio do corpo. Noutros termos: o que estes testemunhos literários confirmam é, conforme escreveu Fernando Ruivo, «a transição da preocupação dominante com a salvação das almas para a da saúde dos corpos, à sua maneira recolocando o homem no centro do [universo da medicina]»

A proeminência da medicina e do médico, atestada em textos literários, ilustra o que se lê no ensaio que acabo de citar: que as profissões não se alicerçam «num dado momento apenas pela sua capacidade de responder a determinadas necessidades sociais ou de as saber criar, mas também pelo motivo de contribuírem ou, de qualquer modo, se relacionarem com os universos simbólicos em cujos parâmetros as sociedades se organizam e as práticas se legitimam»<sup>36</sup>.

Fica em aberto uma indagação que não me cabe fazer: a que consiste em saber até que ponto estes textos e estes temas correspondem a preocupações e a traumas que transcendem o século XIX. A psicose da doença, a ostentação das fragilidades do corpo, a par da mitificação do médico e da vigência do seu poder corporativo, constituem manifestações de um imaginário da enfermidade e do enfermo frequentemente projectado no discurso político endereçado a quem faz desse imaginário o seu modo de vida. Trata-se provavelmente de um problema nacional, apelando à mais funda consciência dos cidadãos. E talvez, por fim, a voz de Afonso da Maia, vinda lá do espaço ficcional em que se faz ouvir, tenha uma razão que chega até ao nosso tempo; assim são os grandes romances. Cito e termino com as palavras do avô de Carlos da Maia, quando trata de argumentar em favor da opção que o neto faz pela carreira médica: «Num país em que a ocupação geral é estar doente, o maior serviço patriótico é incontestavelmente saber curar»<sup>37</sup>.

•

**Resumo** – As representações literárias da ciência e da medicina constituem procedimentos de longa e muito antiga elaboração, em contextos de criação literária. Modelando imagens e figuras de forte incidência social e psicológica (a doença, a saúde, o médico, o enfermo, o poder da medicina, etc.), essas representações são aqui consideradas em função de um concreto cenário sociocultural: o da segunda metade do século XIX.

---

<sup>36</sup> Fernando Ruivo, «A construção de um projecto profissional: o caso da medicina», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 23, Setembro, 1987, pp. 129-130.

<sup>37</sup> Eça de Queirós, *Os Maias*, p. 89.

Da passagem do romantismo ao realismo literário e da euforia científica do naturalismo ao cepticismo finissecular, transitam imagens e valorações que acompanham, em registo próprio, o devir científico e social da ciência e da medicina. A figura do médico será aqui objecto de atenção especial: personagem frequente no romance naturalista, a figura do médico concentra elementos temáticos e ideológicos significativos; ao mesmo tempo, ele suscita juízos em que se projecta um certo imaginário da ciência e, em particular, da medicina.

**Abstract** – Literary representations of science and medicine are long and very old procedures, in the contexts of literary creation. These representations shape certain images and figures of a strong social and psychological incidence (illness, health, the doctor, the patient, the power of medicine, etc.), and they are here considered according to a concrete sociocultural scenery: the second half of the nineteenth century.

In the transition from romanticism to literary realism and from the scientific euphoria of naturalism to the scepticism of the end of the century, images and values change, following the scientific and social transformation of medicine and science in general, in its own register. The figure of the doctor will be the object of special attention here: an usual character in the naturalist novel, the figure of the doctor concentrates significant ideological and thematic elements; at the same time, he leads to judgements that reveal a certain imaginary of science, and particularly of medicine.

1 Coleção  
Ciências e Culturas  
Coimbra 2006

